



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Sumário

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 74/2025.	2
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 56/2025.	3
RESULTADO ANÁLISE DAS AMOSTRAS - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 68/2025.	4
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 053/2025 - PROCESSO N.º 6961/2025.	5
DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO.	6
ERRATA DA PORTARIA N.º 964/RH, DE 24 DE OUTUBRO DE 2025 - SRA. SAMANTHA GUTTEMBERG RIBEIRO BARBOSA.	10
ERRATA PORTARIA N.º 965/RH, DE 24 DE OUTUBRO DE 2025 - SRA. SAMANTHA GUTTEMBERG RIBEIRO BARBOSA.	11

NOVEMBRO DE 2025

Diário Oficial

Edição nº 684/2025

Expediente

O Diário Oficial de Caçapava é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caçapava, Conforme **Lei Municipal nº 5819**, de 22 de março de 2021.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:
<https://cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Caçapava
CNPJ: 45.189.305/0001-21
Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243
Telefone: (12) 3654-6600
Site: <https://cacapava.sp.gov.br>

Câmara Municipal de Caçapava
CNPJ: 48.408.496/0001-63
Endereço: Praça da Bandeira, 151
Telefone: (12) 3654-2000

FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)
CNPJ: 50.453.703/0001-43
Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava/SP - CEP: 12281-450
Telefone: (12) 3654-8800
E-mail: comunicacao@fusam.com.br



Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 074/2025 – PROCESSO N° 7924/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECCÃO E FORNECIMENTO DE FOLDERS, CARTAZES, BANNERS, BOTTONS, PINS E CALENDÁRIOS DE MESA PERSONALIZADOS, DESTINADOS À DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Retirada do Edital no site www.cacapava.sp.gov.br – link: <https://cacapava.sp.gov.br/licitacoes/pregao-eletronico>, local da sessão pública: www.comprascacapava.com.br . **Abertura: 27/11/2025, às 09h30min.**
Informações: Fone (12) 3654-6691.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 056/2025 – PROCESSO N°6986/2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MESAS E CADEIRAS PLÁSTICAS

Retirada do Edital no site www.cacapava.sp.gov.br – link: <https://cacapava.sp.gov.br/licitacoes/pregao-eletronico>, local da sessão pública: www.comprascacapava.com.br . **Abertura: 26/11/2025, às 09h30min.**
Informações: Fone (12) 3654-6691.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Caçapava, 07 de novembro de 2025.

À **Secretaria Municipal Gestão Pública**
De **Secretaria Municipal de Educação**

PROCESSO Nº 7531/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025

OBJETO: Aquisição de Projeto de Libras (Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa) para os professores e alunos surdos ou ouvintes do Ensino Fundamental I desta Rede Municipal de Ensino.

A Comissão Técnica designada para análise das amostras do material de LIBRAS, conforme previsto no Edital nº 68/2025, vem, por meio deste, apresentar parecer conclusivo sobre a conformidade dos itens submetidos à avaliação.

Após criteriosa análise, verificamos que as amostras apresentadas atendem integralmente às especificações técnicas e pedagógicas estabelecidas no edital, contemplando:

- Clareza e precisão na tradução dos conteúdos para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- Adequação linguística e gramatical conforme os parâmetros da Libras;
- Qualidade visual e técnica dos materiais, garantindo acessibilidade e compreensão;
- Conformidade com os objetivos educacionais e metodológicos propostos.

Dessa forma, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação das amostras apresentadas, considerando-as aptas para utilização conforme os critérios editalícios.

Sem mais para o momento, renovamos votos de estima e consideração.

Cláudia Alessandra Abreu de Araújo
Chefe de Seção do Ens. Fundamental

Adriana dos Anjos Pereira da Silva
Chefe de Divisão do Ens. Fundamental

Luciana Kelly Miranda Motta
Chefe de Divisão de Políticas Inclusiva

Luzamara de Souza
Coordenadora da Educação Inclusiva

Rodovia João Amaral Gurgel, 290, Residencial maria Elmira, Caçapava – SP - CEP: 12.285-020





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 053/2025 – PROCESSO N.º 6961/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

A Prefeitura Municipal de Caçapava, em conjunto com o Departamento de Compras e Licitações vem neste instrumento tornar público a **SUSPENSÃO SINE DIE** da sessão de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, agendada para o dia 10 de novembro de 2025 às 9h30, tendo em vista não haver tempo hábil para análise do pedido de impugnação.

Comissão de Contratação

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

DECISÃO IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025 – PROCESSO Nº 5180/2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARQUE INFANTIL

A Prefeitura de Caçapava, por meio da Secretaria Municipal de Gestão Pública, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Município e com base no Parecer Jurídico juntado aos autos, vem neste instrumento tornar pública a **DECISÃO** do pedido tempestivo de **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** da empresa **ZIOBER BRASIL LTDA.**, portadora do **CNPJ nº 08.374.053/0001-84**.

Inicialmente, admite-se o **CONHECIMENTO** do pedido de impugnação ao edital, tendo em vista que foram preenchidos os requisitos formais de admissibilidade previstos na legislação vigente e decide-se pelo **NÃO ACOLHIMENTO**, haja vista as seguintes considerações:

A impugnante questiona a em síntese: (i) ausência de fundamentação para a reserva/exclusividade às ME/EPP; (ii) afronta ao art. 49, II e III, da LC 123/2006 por inexistência de comprovação de “mínimo de três fornecedores locais ou regionais” aptos e por suposta desvantajosidade; (iii) suposta desvantajosidade da exclusividade, por envolver objeto que demandaria maior estrutura tecnológica; (iv) violação a princípios da Lei 14.133/2021; e (v) precedentes administrativos que teriam acolhido pleitos semelhantes.

A LC 123/2006, art. 48, I, determina que a Administração deverá realizar licitação exclusiva para ME/EPP nas contratações cujo valor por item/lote seja de até R\$ 80.000,00, ressalvadas as hipóteses do art. 49. Órgãos de controle vêm qualificando essa diretriz como regra obrigatória, afastável somente com motivação específica nas hipóteses do art. 49. Vide, por todos:

* TCE-PR, Acórdão 2122/2019 (Processo 465761/17): obrigação de licitar de forma exclusiva até R\$ 80 mil por item e de reservar cota de até 25% para bens divisíveis; afastamento apenas nas hipóteses do art. 49, com motivação específica;

* TCE-MG, Informativo de Jurisprudência 208: o limite de R\$ 80 mil se verifica em cada item; quando presente, a disputa deve ser exclusiva a ME/EPP, ainda que o valor global da licitação supere R\$ 80 mil;

* TCU (Acórdão 1.932/2016-Plenário) e cortes de contas estaduais: em serviços continuados, o teto de R\$ 80 mil refere-se ao exercício financeiro, não ao total com prorrogações.

O art. 49 da LC 123/2006 apenas afasta a aplicação dos arts. 47 e 48 quando: (i) o tratamento diferenciado não for vantajoso ou importar prejuízo ao conjunto do objeto; e/ou (ii) não houver, no mercado, um mínimo de três fornecedores competitivos ME/EPP “sediados local ou regionalmente” capazes de atender ao edital. Tais hipóteses exigem demonstração empírica e motivação específica pela Administração; não se presume sua ocorrência. Prevalece, nos Tribunais de Contas, que:

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP FONE – PABX
(12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

* A participação em licitação exclusiva não se restringe a ME/EPP “locais”; a exigência de sede local/regional é critério de verificação de mercado para a incidência do art. 49, II, e não requisito de habilitação. Restrição geográfica de participação é ilegal.

A Lei 14.133/2021: art. 4º (tratamento favorecido às ME/EPP), art. 5º (princípios, incluindo desenvolvimento nacional sustentável) e art. 18 (planejamento, ETP e estimativas) dão lastro procedimental ao modelo adotado.

Falta de fundamentação para a exclusividade ME/EPP

Improcede. A motivação consta nos autos e nos próprios anexos do Edital:

- Termo de Referência - TR (Anexo V): expressa observação de que “o valor estimado não ultrapassa R\$ 80.000,00, conforme art. 48, inciso I da Lei Complementar 123/2006, a licitação deverá ser exclusiva para ME/EPP” (Anexo V);
- Estudo Técnico Preliminar - ETP (Anexo VIII): justificativas, solução, critérios de seleção (menor preço por item), estimativas e levantamento de mercado (itens 8, 10, 11 e 12);
- Edital: Capa e Item 4.1.4 consolidam a exclusividade ME/EPP com base no art. 48, inciso I da Lei Complementar 123/2006;
- Portanto, há motivação jurídica (norma cogente) e técnica (ETP/TR) suficientes, atendendo aos artigos 5º e 18 da Lei 14.133/2021.

Exigência de comprovação de 3 fornecedores ‘locais ou regionais’; requisitos seriam cumulativos e não foram demonstrados

A leitura da impugnante é equivocada pelos motivos:

O inciso II do art. 49 da LC 123/2006 não cria “condição territorial” de participação, mas um teste de mercado para, se não atingido, afastar a exclusividade. A jurisprudência especializada tem rechaçado qualquer leitura que transforme o inciso II em “exigência de sede local/regional” para participação. Em licitação exclusiva, a disputa é nacional entre ME/EPP, independentemente do domicílio, sendo ilícito restringi-la a “locais” ou “regionais”. O critério “local ou regional” serve à análise de mercado para eventual afastamento do benefício; não autoriza vedar ME/EPP de fora.

Ainda que fosse exigível demonstrar a suficiência de fornecedores, o ETP (Anexo VIII - item 10 – Estimativa do valor da contratação e tabela comparativa de pesquisa de preços - levantamento de mercado) comprova que houve pesquisa com múltiplos fornecedores para cada item. A própria Ziober (impugnante) figura entre as cotações, ao lado de outros fabricantes/comerciantes (tabela do Anexo VIII, p. 5, com, no mínimo, três cotações por item). Logo, não procede a afirmação de inexistência de, no mínimo, três fornecedores ME/EPP competitivos aptos às exigências. O processo evidencia a concorrência real no segmento, inclusive na região (Vale do Paraíba e entorno), sem restringir a disputa por sede. A impugnante não trouxe nenhuma evidência objetiva de inexistência de fornecedores aptos, ônus argumentativo que lhe incumbia; limitou-se a alegações genéricas.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP FONE – PABX
(12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21



ESTADO DE SÃO PAULO

- Atendimento à série ABNT NBR 16071:2012 (segurança de playground) para todos os equipamentos (Termo de Referência - Anexo V – Objeto: itens 1 a 5);
- O controle de qualidade decorre de especificações técnicas objetivas, não do porte do fornecedor. O Termo de Referência descreve materiais, processos (solda MIG, banho fosfatizante, pintura eletrostática), medidas e exige:
- Catálogo técnico para verificação de padrões (Edital, item 7.2.4);
- Atestados de capacidade técnica compatíveis (Edital, item 7.2.3, com limite de 50% – art. 67, §2º, Lei 14.133); garantia mínima de 12 meses e obrigação de manutenção/correção de vícios (Item 6 do Termo de Referência);
- Prazos de entrega e recebimento com verificação técnica e possibilidade de rejeição/substituição (Itens 5.2, 5.3 e 5.4 do Termo de Referência). Assim, a suposta “desvantajosidade” não foi demonstrada.

Não procede. O modelo exclusivo até R\$ 80 mil por item é política pública legal (arts. 47 a 49 da LC 123/2006 e art. 4º da Lei 14.133/2021) e harmoniza-se com os princípios da competitividade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º da Lei 14.133/2021).

Os Tribunais de Contas têm reiterado que tal exclusividade não afronta a competitividade quando observados: (i) o parcelamento adequado, (ii) o limite por item/ lote de R\$ 80.000,00, e (iii) a inexistência das hipóteses do art. 49.

A impugnante não demonstrou que, neste certame, haveria prejuízo ao “conjunto do objeto” ou elevação de preços. Ao contrário, a literatura decisória indica que o fracionamento por itens e a disputa entre múltiplas ME/EPP tende a ampliar a competição intrassegmento. O parcelamento por item, o critério “menor preço por item”, o modo de disputa aberto e fechado, a ampla publicidade e a ausência de barreiras geográficas preservam a competição intrassegmento entre ME/EPP e favorecem a obtenção da proposta mais vantajosa.

Casos pontuais citados não vinculam este Município e, quando mencionam decisões de outros entes, refletem circunstâncias específicas (por exemplo, ausência de três fornecedores ME/EPP competitivos na região; item indivisível com valor superior a R\$ 80 mil; ou ausência de ETP/estimativas adequadas).

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP FONE – PABX
(12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Aqui, o processo demonstra:

- Todos os itens com valor estimado unitário muito inferior a R\$ 80.000,00 (Termo de Referência - Anexo V: planilha e observação expressa);
- Levantamento de mercado com múltiplos ofertantes (Estudo Técnico Preliminar - Anexo VIII, p. 5);
- Exigências técnicas robustas e proporcionais (Termo de Referência e Edital).

Conformidade formal do Edital e de seus anexos

O Edital é coerente com o TR (Anexo V) e ETP (Anexo VIII):

- Define objeto, quantidades e especificações;
- Demonstra estimativas e pesquisa de preços;
- Justifica a exclusividade ME/EPP pelo art. 48, I, LC 123/2006;
- Fixa critérios de julgamento e controle de qualidade; e
- Prevê gestão e recebimento (arts. 18, 25 e 117 da Lei 14.133/2021).

Não há cláusulas restritivas indevidas. Não há preferência por sede, marca, origem ou característica impertinente. Ao contrário, a disputa é eletrônica, nacional e referenciada por normas técnicas aplicáveis.

Desta forma, em consonância com a manifestação da Procuradoria-Geral do Município e da Comissão de Licitação, delibera-se pelo **INDEFERIMENTO** do pedido de impugnação formulado pela empresa **ZIOBER BRASIL LTDA.**, portadora do CNPJ nº **08.374.053/0001-84.**, mantendo-se o Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2025 em todos os seus termos, por estar: juridicamente apoiado no art. 48, I, da LC 123/2006 (licitação exclusiva por item/lote até R\$ 80.000,00), cuja aplicação é obrigatória, salvo hipóteses do art. 49, que não se configuram no caso concreto; adequadamente estruturado para assegurar qualidade, segurança e vantajosidade por especificações objetivas (ABNT NBR 16071:2012); habilitação técnica proporcional e garantia e tecnicamente motivado pelo ETP (Anexo VIII) e pelo TR (Anexo V), com pesquisa de mercado demonstrando pluralidade de fornecedores competitivos e estimativas por item.

Caçapava, 07 de novembro de 2025.

Gabriel Pinelli Ferraz

Secretário Municipal de Gestão Pública

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP FONE – PABX
(12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

ERRATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO DIA 04/11/2025

ERRATA P O R T A R I A N.º 964/RH, de 24 de outubro de 2025.

ONDE SE LÊ: “Designar a Sra. **Samantha Guttemberg Ribeiro Barbosa**, servidora municipal, cadastrada na matrícula 6231, para responder pelo emprego permanente de **Professor Orientador Pedagógico**, com prejuízo de suas atribuições e com direito à percepção da diferença de salário do emprego substituído, a partir desta data.”

LEIA-SE: “Designar a Sra. **Samantha Guttemberg Ribeiro Barbosa**, servidora municipal, cadastrada na matrícula 6231, para responder pelo emprego permanente de **Vice Diretor de Escola**, com prejuízo de suas atribuições e com direito à percepção da diferença de salário do emprego substituído, a partir desta data.”

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, N.º 243 - FONE - PABX (012)3654-6600 - FAX (012) 3653-5868
CEP 12280-050 CNPJ 45.189.305/0001-21



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

ERRATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO DIA 04/11/2025

ERRATA P O R T A R I A N.º 965/RH, de 24 de outubro de 2025.

ONDE SE LÊ: “Conceder a Sra. **Samantha Guttemberg Ribeiro Barbosa**, servidora municipal, cadastrada na matrícula 8304, ocupante do emprego permanente de **Professor I**, lotado na Secretaria de Educação, afastamento sem vencimentos, tendo em vista designação como Professor Orientador Pedagógico, a partir desta data.

LEIA-SE: “Conceder a Sra. **Samantha Guttemberg Ribeiro Barbosa**, servidora municipal, cadastrada na matrícula 8304, ocupante do emprego permanente de **Professor I**, lotado na Secretaria de Educação, afastamento sem vencimentos, tendo em vista designação como Vice Diretor de Escola, a partir desta data.”

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, N.º 243 - FONE - PABX (012)3654-6600 - FAX (012) 3653-5868
CEP 12280-050 CNPJ 45.189.305/0001-21